



Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.
Copyright © 2021, Os autores.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes
Editor Tales Leon de Marco
Produtora Editorial Bárbara Rodrigues
Capa, projeto gráfico Leticia Robini
Nathalia Torres
Imagem por Einar H. Reynis Klohi via Unsplash
Diagramação Nathalia Torres

Catálogo na Publicação (CIP)

C962 Cuba-Brasil : diálogos sobre democracia, soberania popular e direitos sociais =
Cuba-Brasil : diálogo sobre democracia, soberanía popular y derechos sociales, v. 3 /
Lucas de Alvarenga Gontijo... [et al.] (orgs.). - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
472 p.

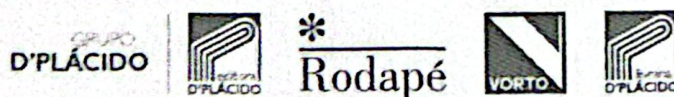
Texto bilingue

Autores: Lucas de Alvarenga Gontijo, Marciano Seabra de Godoi, Mariana Ferreira Bicalho,
Paulo Agostinho Nogueira Baptista, Yazmín Bárbara Vázquez Ortiz, Yuri Pérez Martínez
ISBN 978-65-5589-219-2

1. Direito. 2. Direito Público. I. Gontijo, Lucas de Alvarenga. II. Godoi, Marciano Seabra de.
III. Bicalho, Mariana Ferreira. IV. Baptista, Paulo Agostinho Nogueira, 1957-. V. Vázquez
Ortiz, Yazmín Bárbara. VI. Pérez Martínez, Yuri. VII. Título.

CDDir: 341

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472



Fragilidades das democracias liberais sob as ameaças do fascismo estrutural

Lucas de Alvarenga Gontijo¹

Mariana Ferreira Bicalho²

1. Introdução e formulação do problema tema

Desde o início das campanhas eleitorais que levaram à presidência do Brasil Jair Bolsonaro, em 2018, a população passou a conviver quotidianamente com manifestações tanto nas ruas quanto virtuais que aclamam violência, extermínio dos opositores. O símbolo escolhido para identificação da chapa Bolsonaro-Mourão e de seus partidários (Partido Social Liberal - PSL) para a campanha foi a arma – que passou a ser feita com as mãos a imitar um revólver –, o que se traduz como manifestações de ódio, intimidação, eliminação dos supostos “bandidos”, em defesa dos “cidadãos de bem”. Com efeito, se generalizaram, em todos os ambientes políticos³, xingamentos, ameaças e até espancamentos.

Eleito o candidato da extrema direita, a violência que deveria se arrefecer fez o avesso, pois intensificou-se, sobretudo em manifestações

¹ Doutor e Mestre em Filosofia do Direito pela UFMG. Professor da graduação e do programa de pós-graduação em direito *stricto sensu* da PUC Minas. Professor titular de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito Milton Campos.

² Doutoranda e Mestre em Teoria do Direito e da Justiça pelo PPGD PUC. Bolsista CAPES.

³ Há violência em manifestações de rua, como intimidações e ameaças a qualquer pessoa que esteja usando uma camisa vermelha. Há, entretanto, verdadeiros linchamentos virtuais aos desafetos políticos. O uso de robôs, perfis inautênticos e maciças distribuições de mensagens difamadoras e caluniosas. A Polícia Federal brasileira investiga a existência do que ficou apelidado de “Gabinete do Ódio”, chefiado pelos filhos de J. Bolsonaro.

do próprio presidente, que continuou incentivando discursos de ódio e perseguição aos seus opositores. No segundo ano de sua gestão, durante a pandemia do coronavírus, em 2020, Jair Bolsonaro passou, para espanto das instituições democráticas do País, a frequentar aglomerações que pediam o fim da democracia e a instauração de uma ditadura militar, além do fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, cometendo, explicitamente, crime previsto pela Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170 de 1983), que criminaliza apologias ao fim do Estado de direito.

Essas ações, notoriamente ilícitas, não são reprimidas pela polícia e a única reação no campo jurídico começou a ser levada a efeito pelo próprio Supremo Tribunal Federal, em autodefesa, vez que a Procuradoria Geral da União, instituição que teria o dever legal de reagir, finge não entender que a Corte e o Parlamento sofrem ameaças e intimidações explícitas, inclusive incentivando a morte a queima roupa dos filhos dos ministros e estupro de suas filhas⁴.

É curioso que há cem anos, na também liberal democracia da República de Weimar, na Alemanha pré-nazista, ameaças e intimidações à magistrados e ao *establishment* não eram reprimidas, mas contavam com a condescendência e vista grossa das instituições que deveriam, por dever legal, defender as instituições democráticas daquele país.

O presente artigo pretende discutir como as democracias liberais permitem o crescimento da intolerância e da radicalização que pregam o extermínio da própria democracia liberal. Faz-se assim evidenciar que como apontaram teóricos políticos do lastro de Theodor Adorno, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Nicos Poulantz e revolucionários como Clara Zetkin, Palmiro Togliatti e Antonio Gramsci, o fascismo tem, nas democracias liberais, um ninho propício

⁴ As intimidações foram lidas pelo Ministro Alexandre de Moraes, no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 17 de junho de 2020, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 572, em que foi declarado a legalidade e a constitucionalidade do Inquérito (INQ) 4781, instaurado para investigar a existência de ameaças e propagações de notícias fraudulentas contra o STF, seus ministros e familiares. Ver: Portal STF. Fake news e ataques ao STF: oito ministros votam pela legalidade da abertura do inquérito. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=445764&ori=1>. Acesso em 11 de julho de 2020; G1. Incitar estupro de filhas de ministros não é liberdade de expressão, diz Moraes. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/17/moraes-vota-pela-legalidade-e-continuidade-do-inquerito-das-fake-news.ghtml>. Acesso em 11 de julho de 2020.

para seu desenvolvimento. O escopo do presente artigo não é criticar as democracias liberais, mas mostrar que nelas há uma fragilidade que precisa de atenção. Como ver-se-á adiante, o fascismo não foi um sistema político histórico e encerrado, mas uma possibilidade sempre eminente das democracias liberais.

Para cumprimento de tal escopo, far-se-ão duas digressões historiográficas, a atingir propósitos complementares. Analisar-se-ão similitudes entre as contingências políticas e econômicas da aparição e crescimento do nazifascismo na Alemanha (1), como no Brasil contemporâneo, desde o rompimento democrático de 2016 até o tempo presente (2). Ambos os processos históricos se estruturam dentro daquilo que se pode definir por democracia liberal. Ambas as conjunturas históricas assistiram tomar corpo movimentos reacionários de classes intermediárias⁵, com aspirações antiproletárias, fruto da crise de representação da burguesia e da depreciação das instituições políticas fundamentais. Ambos os sistemas se viram metidos em graves crises econômicas do capitalismo e, portanto, suas instituições estavam sob pressão popular, vez que a população quando sob a égide do medo por não haver sinalização de um futuro estável no horizonte, tende á radicalizações. O medo é inerente aos contextos liberais, ainda mais sob a bruma do neoliberalismo, por desestruturar as bases de solidariedade e de estabilidade institucionais e econômicas.

Aparentemente, o Brasil teria restaurado a legitimidade de representação de seu poder executivo quando levou a efeito a eleição de 2018⁶. Inegável que houve um golpe de Estado em 2016, sob uma forma inédita de rompimento, o que vem se definindo terminologicamente

⁵ Ver: TOGLIATTI, Palmiro. Lições sobre fascismo. Livraria Ed. Ciências Humanas: São Paulo, 1978; BOITO JR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, n. 50, pp. 111-119, 2020.

⁶ Na perspectiva dos autores deste artigo, não houve *impeachment* do governo Dilma Rousseff. Perspectiva que tem se consolidado entre analistas políticos brasileiros, paulatinamente. Forças políticas oriundas de um pacto do capital internacional, da burguesia nacional dependente, da grande mídia, do Supremo Tribunal Federal e de bancadas conservadoras e liberais do parlamento brasileiro lograram afastar o governo legitimamente eleito, com apoio de movimentos reacionários das classes intermediárias e da pequena burguesia, cooptados por grupos e políticos da extrema direita para propiciar espaço político para execução de reformas neoliberais radicais, o que se consolidaram no governo Michel Temer. Sobre o tema, sugere-se a leitura da coletânea sistematizada *Rompimento Democrático no Brasil: teoria política e crise das instituições públicas*, coordenado por Lucas Gontijo, José Luiz Quadros e Ricardo Moraes, constante nas referências do presente artigo.

pela nomenclatura “golpe jurídico-parlamentar”. A burguesia, para manter seus privilégios de classe, não vê problema em romper com o Estado de Direito, como se constata na história recente das ditaduras latino-americanas, sob outros formatos. Mas como dito, a eleição de 2018, formalmente, reestabeleceria a soberania do povo brasileiro e corrigiria a deterioração da democracia liberal. Então, seria possível afirmar que a democracia liberal estaria vigente ou, ao menos, reconstituindo a si mesma (os retrocessos democráticos são constantes na história das democracias liberais latino-americanas).

A República de Weimar também não vinha de tempos tranquilos. Ela, por si só, representava uma ruptura com o Império do Kaiser Guilherme II, em decorrência da derrota na Primeira Guerra Mundial. Weimar deveria simbolizar um recomeço para o povo alemão, mas a realidade experimentada era muito mais complexa e desafiadora.

As eleições no Brasil e promulgação da Constituição de Weimar são momentos distintos, no Brasil seria retomada da democracia liberal, enquanto na Alemanha se instaura propriamente uma democracia liberal pela primeira vez em sua história. Mas há duas circunstâncias comuns que merecem atenção: a – forte crise econômica do capitalismo e crise das representações burguesas tradicionais; b – a circunstâncias específicas das democracias liberais, que não são capazes de solucionar as contradições do sistema econômico capitalista.

Analisar-se-á, primeiro, o contexto da República de Weimar, entre os anos 1919 e 1933. Isto é, até a nomeação de Adolf Hitler, líder do maior partido político da Alemanha naquele momento, pelo então presidente Von Hindenburg, como chanceler da república que ele jurara destruir.

O foco dessa análise é perscrutar como se organizou e se desdobrou o funcionamento de organizações paramilitares dentro do partido nazista, isto é, organizações de cunho miliciano chamados de *Sturmabteilung*, daí a sigla S.A. E, depois, como essas organizações serviram de balões de ensaio para formação de outras organizações de opressão, ainda mais infiltradas no governo e mais elaboradas, como o Esquadrão de Proteção [*Schutzstaffel*], reconhecido pela sigla S.S., que por sua vez se subdividiu na S.S. Geral [*Allgemeine-SS*] e na S.S. Armada [*Waffen-SS*], além da Unidade da Caveira, do Serviço de Segurança, do Centro para Questões de Raça e Colonização (*Rasse-und-Siedlungswesen*) e a Gestapo.

Na conclusão do artigo pretende-se deixar claro que as milícias são compatíveis com o fascismo e o meio pelo qual essa forma de fazer

política se estrutura: vigilância ideológica, uso de intimidação, propagação de discursos de ódio, criação de inimigos a serem exterminados e culto à violência em geral. Como será demonstrado, os movimentos e governos nazifascistas crescem por meio da mobilização reacionária das classes intermediárias e, para isso, utilizam-se de uma ideologia conservadora superficialmente crítica, vinculada aos valores das classes intermediárias⁷. Ver-se-á que não raro, para se estruturar e se manter politicamente, os governos nazifascistas se valem de milícias paramilitares ou virtuais.

2. A Fragilidade da República de Weimar e as Tropas de Choque Nazistas

[...] “dois dias antes daquele crucial fim de semana, o velho e grisalho Marechal-de-Campo [então presidente da República de Weimar, von Hindenburg] havia dito ao General von Hammerstein que ele ‘não tinha a menor intenção de fazer daquele cabo austríaco Ministro da Defesa ou Chanceler do Reich’” (SHIRER, 1963, p. 20 – grifo nosso).

A Constituição da República de Weimar surgiu após 6 meses de debates da Assembleia Geral do Povo Alemão, em julho de 1919 e foi ratificada pelo presidente em 31 de agosto daquele ano. Era, no papel, o documento mais democrático e liberal que já existira no mundo ocidental. O próprio Max Weber foi um dos assessores da assembleia constituinte em seu processo de elaboração.

Cheia de dispositivos admiráveis a garantir o funcionamento de uma democracia supostamente impecável. Previu-se governar por formação de gabinete, como no regime parlamentarista inglês, mas, para representar o povo, havia numa segunda dimensão além do parlamento, a composição com um poder executivo forte e popular como nos EUA, com a eleição de um presidente. Instituiu-se a prerrogativa dos *referendos*, a tomar o exemplo democrático da Suíça, além de mecanismos e dispositivos de representação proporcional. As eleições eram bienais. Queriam assegurar ao povo domínio constante sobre o *Reichtag*. O que pôde, talvez, ter apenas mantido o povo alemão num estado de febril agitação política, submetido a eleições sucessivas.

⁷ Nesse sentido, ver: BOITO JR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, n. 50, pp. 111-119, 2020.

Não obstante, explicitou-se as garantias individuais na qualidade de cláusulas pétreas e ampla defesa de direitos de consciência, crença, expressão e garantias de liberdade de imprensa. O estilo literário era tipicamente iluminista, tomado de expressões fortes a garantir que todo poder político emanava do povo. Sufrágio universal, igualdade perante a lei, liberdades invioláveis, direito à formação de associações políticas, até mesmo para pronunciar que uma vez tomado o poder, extinguiram a forma republicana democrática, como previa o regimento interno do próprio Partido Nazista.

Esse governo democrático e liberal, em perspectiva, era incompatível com a realidade racista, a retórica nacionalista e os ressentimentos revanchistas que eram respirados na Alemanha devido à controversa resolução da guerra e a crise econômica que daí resultara. Ideias conspirativas pairavam sobre o imaginário do povo alemão, como, por exemplo, a de que foram traídos pelo governo provisório propositor do armistício, levando a Alemanha a uma rendição sem que ela de fato tivesse sido derrotada em campo de batalha. É preciso lembrar, também, que a República de Weimar nasce para recompor um momento de grande tensão política para além do fim da guerra, porque havia uma tensa disputa de regime político entre o comunismo soviético e o liberalismo da Europa ocidental. A eminência de uma tomada de poder “espartacista”, chefiada por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, aquecia o ímpeto revolucionário ideológico bolchevique no território alemão – o maior bloco étnico da Europa central –, o que era propício devido a esse povo encontrar-se demasiadamente assolado pela miséria e pelas grandes desigualdades sociais.

Far-se-á a introdução à tensão experimentada na Alemanha de Weimar por meio da narrativa de um episódio ocorrido nos anos 1929-30, na pequena cidade de Schweidnitz, localizada na Silésia [hoje parte da Polônia]. Retomar-se-á discussão teórica em seguida.

Muito tempo antes do Partido Nacional-Socialista ocupar o governo da então República de Weimar, em janeiro de 1933, o partido valia-se de mecanismos de intimidação para fazer política – ou melhor, de impedir que se prevaleça a política propriamente dita – por meio de milícias. As *tropas de assalto* do partido nazista, nominadas oficialmente por *Sturmabteilung*, reconhecidas pela sigla S.A., constituíam-se de homens recrutados do exército alemão desmobilizado, após a guerra. Esses grupos paramilitares tinham função de desestabilizar comícios e reuniões de partidos rivais, intimidar seus militantes e líderes, por

meio da violência, ameaças e espancamentos ou, quando menos, por meio de empurrões, gritos, vaias e assobios. A missão dessas tropas de broncos revelou-se ainda mais complexa e profunda, pois nutriam o fanatismo do nacional-socialismo, transformando-se em um órgão de vigilância ideológica interno, a atestar o nível de comprometimento com o partido, com o radicalismo, como ver-se-á mais detalhadamente adiante, na conclusão deste artigo.

Pois bem, no dia 12 de junho de 1930, numa sessão que julgaria atos de violência perpetrados pela S.A., no Tribunal da cidade de Schweidnitz, o procurador-geral do município estava sendo constrangido pela S.A. a submeter-se a entrar pela porta dos fundos. Depois de muito protestar, conseguiu o procurador-geral do município, enfim, entrar pela porta da frente. Mas a sessão do tribunal foi marcada por intimidação das autoridades presentes do começo ao fim, com gritos e assobios, além de quebras de normas regimentais. Ações como essa eram frequentes se os réus provinham do partido nazista.

A causa do julgamento teve cena um ano antes, em 27 de setembro de 1929, quando a S.A. atacou uma reunião do Partido Social-Democrata (PSD) nessa mesma cidade, Schweidnitz. Havia uma reunião política do PSD no restaurante Volksgarten. Entretanto, 150 membros da S.A. se infiltraram à paisana, com boinas e braçadeiras ocultadas em seus bolsos, a ocupar lugares estratégicos num salão onde se acomodavam cerca de 800 membros do SPD.

Os discursos dos oradores do partido eram interrompidos sistematicamente e cadeiras usadas como tambores até a situação ficar insustentável, quando se ouviu um grito de ordem: “Tirem as boinas e ponham as braçadeiras com a suástica nazista”. Na narrativa de Léon Schirmann, “o pânico se espalhou, e o público correu para a porta principal, mas essa foi obstruída com cadeiras. Enquanto tentavam sair da sala, as pessoas eram espancadas por um grupo de S.A.” (2009, p.70). Contaram-se dezenas de feridos, alguns em estado grave e, apesar disso, a S.A. ainda saiu a fazer um desfile pela cidade sem que a polícia fizesse coisa alguma. Fazer vistas grossas, isto é, a cumplicidade da polícia alemã era algo reconhecido e muito criticado à época.

O episódio foi razão de um inquérito, naturalmente e, no julgamento acima referido, em 1930, o advogado dos acusados dominava os debates. Nas palavras de Schirmann: “Não paravam de ironizar os magistrados em alto em bom som, e seu defensor [Hans Frank, futuro governador-geral da Polônia ocupada, que mais tarde seria enforcado

em Nuremberg] gritava para encobrir a voz do presidente da corte” (2009, p.71). O tribunal, por fim, limitou-se a aplicar multas irrisórias de algumas dezenas de marcos.

No julgamento, os acusados negaram as declarações anteriormente prestadas à polícia. Disseram, infamemente, que foram à reunião do partido social-democrata por acaso. Defenderam-se com o argumento de que agiram em legítima defesa e ao responder o porquê da ocultação das boinas e braçadeiras, além da ocupação de pontos estratégicos no salão, limitaram-se a dizer que tudo isso também foi mera coincidência e que o PSD seria o agressor. O surpreendente é que essa argumentação foi aceita por dois tribunais sucessivamente⁸.

Além disso, quando do julgamento dessa demanda no tribunal de segunda instância, os membros da S.A. se apresentaram uniformizados com suas *camisas-pardas*, o que era contrário à lei da cidade de Breslau. O procurador-geral também sofreu intimidações durante todo o tempo, sendo sistematicamente vaiado como se tratasse de uma partida de futebol. Adolf Hitler, escalado como testemunha pelo advogado dos réus, passou a guarda de honra da S.A. em revista antes de entrar, como se fosse composta por militares regulares e ele uma autoridade constituída para tal. O fato de estarem ilegalmente uniformizados foi contornado com um “acordo” entre as partes envolvidas, em troca de respeitarem a ordem. A contramanifestação comunista foi proibida, porém. Isso era comum: ser enérgico contra os comunistas e leniente com os nazistas. O PSD representou contra às autoridades do corpo judiciário local, mas nada disso surtiu efeito. (SCHIRMANN, 2009, p. 73).

Essa narrativa diz muito sobre a áurea política dos anos que antecederam o grande desastre não só para a Alemanha mas para todo o mundo: a ascensão do nazifascismo na Europa.

Mas em que consistiam e como funcionavam as *Sturmabteilung*? Como previsto na introdução desse artigo, elas não são apenas um efeito do partido nazista, mas essência das práticas políticas dos movimentos e governos nazifascistas. Senão veja:

As tropas de assalto do Partido Nazista foram organizadas por Hitler em 1921, em Munique, para atacarem militantes de outros partidos, embora a justificativa fosse a proteção de seus próprios líderes. Seus membros eram recrutados dentre veteranos de guerra, mais precisa-

⁸ O julgamento de segunda instância foi na cidade de Breslau, quando a pena foi, inclusive, atenuada em relação a pena aplicada no primeiro julgamento.

mente das chamadas “*unidades livres*”, que se formavam como milícias armadas mercenárias logo após a desmobilização do exército alemão que combatera na Primeira Grande Guerra. É possível dizer que esse era também o currículo do próprio Hitler, que deu início à sua carreira política prestando serviços de delator (dedo duro) de organizações políticas subversivas de esquerda, ao *Reichswehr* – exército regular da República de Weimar – em seu destacamento em Monique.

Hitler nomeou como seu primeiro estruturador um dos membros fundadores do partido nazista, Ernst Röhm, quem, mais tarde, em 1934, seria condenado à morte pelo próprio Führer sob a acusação de traição. Acusação controversa, porque há especulações no sentido de que os reais motivos seriam, ao menos, dois: Röhm era demasiadamente popular e poderoso a frente das S.A., o que teria levado Hitler a querer eliminá-lo para alunar sua concorrência e, também, por ser o organizador das S.A. homossexual. Hitler não só procurou livrar-se de Röhm, como da própria S.A, por ser demasiadamente vulgar e popular, a substituí-la por outras organizações não menos perversas, só que compostas por membros oriundos de classes sociais mais abastadas e menos rudes do partido, fazendo confundir os militantes nazistas com o corpo da cúpula das forças armadas alemãs, como a S.S., a polícia secreta dirigida por Heinrich Himmler⁹.

As tropas de choque partidárias não eram uma exceção do nacional-socialismo na época. Como testemunhou Eric Hobsbawn, “todos os dias havia batalhas entre as milícias uniformizadas de proteção aos diversos partidos. Somente em julho [de 1932] morreram 86 pessoas, principalmente nos entreveros entre nazistas e comunistas, e o número de feridos graves atingiu centenas” (HOBSBAWN, 2002, p. 76). O que caracteriza a S.A. do partido nazista é que além de fanáticos e dispostos à violência, podem ser entendidos, como assinala Hannah Arendt, como o coração do partido. A mobilização contínua da *Sturmabteilung* mantinha um sistema de prova de comprometimento radical com a ideologia do partido, sendo não apenas o braço armado, paramilitar, mas seu referencial e seu modo

⁹ O quadro de dirigentes da *Sturmabteilung* era composto quase que exclusivamente por membros do partido que já tinham demonstrado desapego à lei. Quase todos tinham experimentado temporadas em penitenciárias. Um de seus primeiros dirigentes, Emil Maurice, havia sido sentenciado à prisão por ter cometido diversos tipos de crimes. Johann Ulrich Klitzsch, um de seus mais célebres capitães, sentenciado por assassinio.

específico de fazer política: culto a violência e construção de adversários a serem eliminados (ARENDDT, 1997, pp. 417 e segs.).

A S.A., transitava facilmente e frequentemente para a ilegalidade, cometendo delitos sucessivos. Funcionava, sem dúvida, como uma força assassina, levando centenas de opositores ao desaparecimento. O grupo mobilizado pela intolerância, contava com a tolerância da democracia liberal alemã. Na análise de William Shirer, um dos mais reconhecidos historiadores do III Reich, Hitler “não teria podido, certamente, levar avante os seus métodos de terror e intimidação, sem que contasse com a tolerância do governo e da polícia bávara” (1963, p. 72). Suas ações não eram periféricas ao partido, mas seu método mais revelador. Não por coincidência, a primeira prisão de Hitler se deu, inclusive, por uma ação da S.A., o espancamento do adversário político do PSD, o orador Ballerstedt. Hitler, apontado como mandante do crime, foi condenado a quatro meses de reclusão, dosimetria de pena que, por pressões políticas e protestos de seus partidários, acabou por ser reduzida para apenas um mês de prisão. (SHIRER, 1963, p. 78). Hitler aproveitou essa prisão para escandalizar seu vitimismo e deixou claro a conivência das autoridades judiciárias alemãs com seu radicalismo.

Por outro lado, a lógica paramilitar da S.A. foi a matriz da S.S. e de todas suas ramificações, ou seja, métodos de aparelhamento do Estado a forçá-lo a compactuar com ilegalidades, opressões e repressões dos adversários, além de vigilância e controle dos próprios partidários. Logo, a S.A. pode ser interpretada como forma essencial de se fazer política ao modo nazifascista.

É de se ponderar que as causas dessa tática política de se constituir organizações paramilitares se tornou fértil porque o ambiente do início dos anos 20 do século XX lhe eram propícios. Para compreender melhor o contexto em que uma estratégia política de intimidação e violência se torna opção, faz-se preciso desvendar as causas das tensões sociais daquele tempo. A primeira delas é a crise econômica capitalista experimentada pela Alemanha logo depois dos grandes prejuízos causados pela Primeira Grande Guerra Mundial. As pesadas indenizações que o Tratado de Versalhes impôs ao povo alemão motivou tenebrosa recessão financeira. Com certa retomada do crescimento, após 1922, o apelo pelo radicalismo nazista arrefeceu-se e em 1928 a Alemanha estava quase livre desse tipo de postura política com apenas 2,5% do *Reichtag* ocupado pelos nacional-socialistas, isto é, apenas 12 cadeiras do parlamento. Mas com a quebra de bolsa novaiorquina em 1929, outra crise do capitalis-

mo, que afetou a Alemanha sobremaneira e com a implementação do *Plano Young*, que previa reorganização e intensificação das indenizações de guerra para os países vencedores, novamente a conjuntura se tornou propícia aos filhos do medo, levando a um crescimento exponencial de seus quadros no cenário daquele país. Em 1930 elegeram 107 representantes e em 1932 chegaram a 230 cadeiras¹⁰. Em 1931 a insolvência foi tamanha que a Alemanha se viu forçada a decretar a *Moratória de Hoover*. No ano seguinte, os nacional-socialistas capitalizam reconhecer a si mesmos como o maior partido político dentro da fatídica crise, enquanto o desemprego na Alemanha chegou a 44%. Na escrita de Hobsbawn, quando a República de Weimar pareceu se afirmar, entre 1922 e 1929, “a ultradireita lunática parecia virtualmente extinta. Mas Wall Street e a Grande Depressão os ressuscitaram” (2002, p. 65).

Paralelamente, há que se pensar em como forças ideológicas foram movidas neste contexto. Os nazistas alimentam sistematicamente e reiteradamente ressentimentos, vitimismos, discursos de ódio, especialmente de classes intermediárias. Os recalques são propícios aos afastamentos das obstruções éticas e caminho aberto para aceitação de um estado generalizado de exceção, abrindo uma fresta para a ascensão de criminosos. Nessas configurações, os movimentos e governos nazifascistas se impõem como solução, enquanto são sintomas. Nesta explicativa passagem, Hobsbawn dá conta do que era viver na muitíssimo frágil República de Weimar, sem futuro:

Para aqueles que não viveram a “Era da Catástrofe” do século XX na Europa Central é difícil compreender o que significa viver num mundo que simplesmente não se imaginava que fosse durar, algo que na verdade não poderia ser considerado um mundo, mas meramente uma transição entre um passado morto e um futuro que ainda não nascera, [...]. Em nenhum lugar isso era tão perceptível quanto na moribunda República de Weimar (HOBSEBAWN, 2002, p. 65).

Sucessivas crises políticas, inflação escorchante, desemprego atingindo quase metade da população alemã, os nazifascistas martelando em

¹⁰ “Em 1928, conquistara apenas doze cadeiras no Reichstag; em 1930, cento e sete e em 1932, duzentas e trinta. Por essa ocasião, toda a estrutura da Alemanha já tinha sido minada pelos diretórios distritais e pela disciplina do Partido Nacional Socialista” (CHURCHILL, 1948, p. 55).

todas as oportunidades ranços reacionários associados ao vitimismo, além, é claro, de apontar supostos culpados, quais sejam, os “traidores da pátria”: comunistas e judeus, levaram o Terceiro Reich a autoproclamar-se em 30 de janeiro de 1933.

Não se pode subestimar o quanto a propaganda destes discursos falaciosos foi decisiva. Constituem, sabidamente, mentiras (*fake-news*), mas sem dúvida foram eficientes. A primeira mentira que se deve analisar é a de que o exército alemão não teria sido vencido no campo de batalha, mas fora “apunhalado pelas costas”, na própria Alemanha, pelos traidores facilmente identificáveis. Segundo a oratória dominante na época, o governo provisório estava sob influência de intelectuais judeus.

Mas isso não passava de uma crença fanática, capaz de mobilizar de forma reacionária as classes intermediárias, especialmente a pequena burguesia e as classes médias. Todos sabiam de que o reconhecidíssimo General Ludendorff, o todo poderoso chefe do Alto Comando do Exército alemão, em 28 de setembro de 1918 pedia um armistício imediato. Em decorrência disso, outra reconhecida e amada personalidade do povo alemão, o Marechal-de-Campo von Hindenburg, em 2 de outubro, pediu ao Kaiser Guilherme II cessar o confronto. O Kaiser reconheceu a necessidade incontornável de fazê-lo e fugiu da Alemanha. Nada disso era desconhecido pelo povo alemão. Mas a insistência na versão de “traidores da pátria”, repetida milhares de vezes, como diagnosticara, mas tarde, o próprio Göering, fazia da lenda da “apunhalada pelas costas” a verdade. Era, certamente, uma fraude, como demonstra William L. Shirer, mas os nominados “criminosos de novembro” foram instrumentalizados por Hitler massivamente. Criminalizar os adversários, mesmo sem qualquer prova ou consistência, era uma estratégia que funcionava. O próprio Winston Churchill, na sua narrativa da II Guerra Mundial, assim resume a conspiração: “A Alemanha tinha sido apunhalada pelas costas e derrubada pelos judeus, pelos aproveitadores e intrigantes da retaguarda, pelos malditos bolchevistas, em sua conspiração internacional de judeus intelectuais” (CHURCHILL, 1948, p.50).

Além dos supostos inimigos judeus e tecnocratas do povo alemão, a Baviera, berço do nazifascismo, vivia uma atmosfera em que os nacional-socialistas julgavam mais perigosa: a ameaça comunista. Isto porque, em novembro de 1918, o rei de Wittelsbach abdicara e assim, a Baviera caíra nas mãos dos socialdemocratas, sob o mote de se formar o Estado do povo bávaro, sob o governo de Kurt Eisner, que por sua vez

era também judeu. A república socialdemocrata bávara durou pouco porque Eisner morre assassinado por um agente da extrema direita, o conde Anton Arco-Valley. Em decorrência do assassinato ter sido feito pelas forças conservadoras bávaras, o efeito desse ato foi arrastar a Baviera para uma república soviética. O que também foi muito breve, pois em primeiro de maio de 1919, tropas regulares do exército alemão depuseram o regime soviético, massacrando variadas centenas de pessoas. Com a deposição dos soviéticos, Johannes Hoffmann assume o governo bávaro e o conduz a uma política radical de direita. É sob essa atmosfera de perseguição aos comunistas que Adolf Hitler tem acesso ao *Reischwehr* - o exército regular alemão, em sua unidade na Baviera -, participando do seu órgão de “educação política”, como espião, a infiltrar-se em organizações políticas para depois entregá-las às autoridades bávaras, como já disposto acima.

Um dos partidos qual Hitler espionou, em setembro de 1919, foi o originalmente denominado “Partido dos Trabalhadores Alemães”. Ao saber que a expressão ‘trabalhista’ em nada remetia, no caso desse pequeno partido, à esquerda, mas tão somente um apelo à adesão das massas, interessou-lhe¹¹. Por ser composto de nacionalistas ressentidos e antissemitas e, sobretudo, francamente alinhados à ideologia direitista, essa agremiação abrigou a iniciante carreira política do futuro *Führer* da Alemanha. O nome “Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães”, sigla N.S.D.A.P., foi a nomenclatura nova dada por Hitler a esse partido em 1921, momento em que também se instituiu a S.A.. As expressões “socialista” e “trabalhadores” serviam apenas retoricamente para atrair as massas às fileiras do partido. Os primeiros quadros desse partido partiam, em sua maioria, das chamadas “Unidades Livres”, isto é, milícias armadas que surgiam em toda Alemanha, sendo equipadas secretamente pela própria *Reichswehr* (SHIRER, 1963, p. 64). É possível sustentar que o próprio Hitler é um típico recrutado dessas milícias. Depois de ter vivido literalmente como um vagabundo em Viena, fazendo serviços esporádicos de pintor de parede, teve a guerra que o alçou à condição de soldado e, depois, obteve a patente de cabo. Quando terminou a guerra, viveu prestando serviços qualificado como homem de armas, pois foi assim que conseguiu o posto de vigia de peniten-

¹¹ A percepção de atrair as massas com a palavra “trabalhadores” era parte do ideário do fundador do partido, Anton Drexler. Drexler nutria, também, ódio à burguesia, o que era compartilhado por muitos militantes políticos da época.

ciária em Berlin, durante o inverno de 1918-19. Voltando à Munique, na primavera de 1919, conseguiu destacar-se perante os comandantes da *Reichswehr*, como relata Shirer, por manifestar-se antissemita. Daí o comando distrital do exército de Munique o contratar como “dedo duro”, a encaixá-lo em seus quadros de milicianos informais¹².

Na democracia liberal alemã dos anos 20, pontilharam-se dezenas de agremiações políticas de todas as frentes ideológicas. O partido nazista era apenas mais um dentre muitos com tendências autoritárias, antissemitas e ultranacionalista. Mas há uma peculiaridade no N.S.D.A.P. Como dispõe Hannah Arendt, a história do partido nazista pode ser contada em termos de novas formações dentro do movimento da S.A. As tais *Tropas de Assalto* formavam o núcleo radical dentro do próprio partido nazista. A S.S. só foi fundada em 1926, a partir da elite da S.A. Três anos depois, a S.S. foi separada da S.A. e colocada sob o comando de Himmler. Testando a estrutura miliciana das *Tropas de Choque* [*Verfügungstruppe*], o partido nazista desdobrou-se sequencialmente. Seguindo a autora, sabe-se que logo depois da S.S. vieram as *Unidades da Caveira*, criadas para guardarem os campos de concentração pré-guerra, criados para prender e assassinar adversários políticos. Ainda seguindo as subdivisões da Tropa de Choque, o próprio Himmler fundará as S.S.-*Armada* [*Waffen-SS*] e, ainda, o *Serviço de Segurança*, que funcionava como serviço de espionagem ideológica do Partido. Isto é, uma organização de matriz paramilitar, ainda, de controle sobre o nível de radicalização e comprometimento dos próprios partidários. Por fim, Arendt descreve outras duas subdivisões dedicadas à vigilância disciplinar, que eram a *Exstucart* (política de população negativa) e o *Rasse-und-Siedlungswesen* (*Centro para Questões de Raça e Colonização*). Todos, de uma forma ou de outra, decorrentes da *Allgemeine-SS* (S.S. Geral), tentam todas as organizações o espírito miliciano, secreto, marginal à lei, que têm por gênese a ancestral S.A. (ARENDDT, 1997, p. 418).

É fundamental notar que as organizações paramilitares se confundem com o partido, ou melhor, seus quadros saem do âmago do partido. O aparelhamento do Estado alemão foi feito por uma lógica hierárquica miliciana.

Uma das mais importantes conclusões de Arendt ao analisar o funcionamento das milícias nazifascistas é que o objetivo principal

¹² Essa é também tanto a narrativa de Churchill como a de Heiden sobre como o cabo Hitler consegue empregar-se na condição de “oficial de educação política, em verdade, delator de organizações políticas de esquerda (CHURCHILL, 1948, pp. 50-51).

dessas organizações não era agredir outros partidos e defender os seus membros, embora esse fosse o pretexto. “A natureza paramilitar dos grupos de elite nazistas e fascistas resultou do fato de terem sido fundados como ‘instrumentos para a luta ideológica do movimento’” (ARENDR, 1997, p. 419). Na lógica nazifascista, o inimigo comum se quer precisa existir, basta a construção de um imaginário apropriado como elo motivador entre os membros da massa reacionária¹³.

A Gestapo não se distanciará desse pressuposto ideológico, disciplinar e opressor, naturalmente sempre partindo a repressão física. Sua tática é a intimidação por meio de denúncias e espionagem, mas o efeito é a eliminação não só de opositores, mas de supostos traidores. O que se denominou Gestapo [*Geheime Staatspolizei*], isto é, a polícia secreta de Estado, estava sob a administração geral da S.S. Por isso a Gestapo era considerada uma Tropa de Proteção [*Schutzstaffel*].

A conclusão de Arendt demonstra que a violência organizada de cunho miliciano infiltrada nos corpos policiais do próprio Estado tem duas características básicas, a primeira é a cumplicidade em atos ilegais. A segunda é a manutenção de uma espécie de guerra civil por meio de ameaças e chantagens. Vale a pena transcrever as palavras da autora:

A criação de condições artificiais de guerra civil, através das quais os nazistas exerceram chantagem até subir ao poder, não pretende apenas provocar desordens. Para o movimento, a violência organizada é o mais eficaz dos muros protetores que cercam o seu mundo fictício, cuja “realidade” é comprovada quando um membro receia mais abandonar o movimento do que as consequências de sua cumplicidade em atos ilegais, e se sente mais seguro como membro do que como oponente. Esse sentimento de segurança, resultante da violência organizada com a qual as formações de elite protegem os membros do partido contra o mundo exterior, é tão importante para a integridade do mundo fictício da organização quanto o medo do seu terrorismo (ARENDR, 1997, pp. 422-423).

Feitos esses apontamentos circunscritos à realidade nazista alemã sobre como as estruturas milicianas e paramilitares não só se infiltraram, mas dominaram o cenário político no período, far-se-ão, no próximo seguimento,

¹³ Ver: ADORNO, Theodoro. Ensaios sobre psicologia social e psicanálise. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

algumas breves análises da atmosfera fascista que o Brasil se enredou, um século a frente, mas com várias similitudes a serem observadas.

3. O fascismo contemporâneo e a conjuntura brasileira

Na noite do dia 13 de junho de 2020, o grupo automeado "300 do Brasil", composto por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, a empunhar tochas que lembravam as manifestações da Ku Klux Klan, lança fogos de artifícios contra o prédio do Supremo Tribunal Federal. Os agressores "ofenderam com xingamentos pesados os ministros da Corte, inclusive o presidente Dias Toffoli. Em tom de ameaça, perguntavam se os ministros tinham entendido o recado e mandaram que eles se preparassem"¹⁴.

Antes de adentrar na realidade brasileira, faz-se necessário deixar claro que, apesar da digressão historiográfica do tópico anterior, fascismo não pode ser compreendido como mero período histórico, mas como um movimento político que pode acarretar ou não em uma ditadura fascista na atualidade, a depender da correlação de forças. Ao afastar a dimensão temporalizada do fascismo, é possível buscar o que é essencial ao fenômeno, levando em consideração que cada realidade nacional e histórica acarretará características próprias, efeito das condições materiais do seu tempo.

Partindo desta compreensão, busca-se demonstrar que, além de surgirem em situações de crises econômicas capitalistas, um fator essencial dos movimentos e regimes fascistas, é a mobilização reacionária das camadas intermediárias da sociedade capitalista, por meio de milícias ideológicas, que mantêm a coesão de seus seguidores, fomentando a polarização política e ideológica conservadora, em especial, ao prover o culto à violência, à intimidação dos adversários políticos e institucionais. Ressalta-se que os movimentos fascistas nascem da mobilização das camadas intermediárias da sociedade capitalista, como classe média e pequenos burgueses, mas são cooptados por frações reacionárias da burguesia, que permitem a ascensão de suas estruturas ideológicas ao poder (BOITO JR, 2020).

¹⁴ Fonte PORTAL G1, acessado em 21/09/2020: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/14/grupo-de-apoiadores-de-bolsonaro-lanca-fogos-de-artificio-contra-o-predio-do-stf.ghtml>.

Na Cerimônia de Posse, no Congresso Nacional, o presidente Jair Bolsonaro convocou, em seu discurso¹⁵, os congressistas para missão de restaurar e libertar o país da “corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica”. Afirmou que iria unir o povo, por meio da valorização da família, do respeito às religiões e da “nossa” tradição judaico-cristã. Propôs o combate à ideologia de gênero, para conservar “nossos” valores. Ainda, assumiu o compromisso de colocar o “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” e de garantir que o “cidadão de bem” disponha de meios para se defender”.

Percebe-se que, assim como na campanha eleitoral, em seu discurso de posse, o Presidente mobilizou sua base eleitoral a partir da exaltação de valores conservadores típicos das classes intermediárias da sociedade, especialmente da classe média brasileira, e do ataque as políticas, políticos, partidos e ideologias típicas da classe trabalhadora. Bolsonaro também propôs uma economia liberal e desregulada, além de focar na segurança pública e no armamento dos cidadãos. Com isso, unificou o liberalismo e conservadorismo por meio da defesa a família tradicional heteronormativa e supostamente cristã, associando a liberalização econômica ao conservadorismo e os problemas do país aos desvios progressistas (NETTO, CAVALCANTE & CHAGURI, 2019, p. 2).

Para discussão deste artigo, focar-se-á no discurso armamentista e na intimidação de opositores políticos e institucionais do governo Bolsonaro por meio de milícias virtuais. Eleito com apoio de atiradores, caçadores e milicianos, o presidente se dedica a ampliar o acesso às armas de fogo. Apesar de ter tido alguns decretos revogados, o governo conseguiu estender para civis o acesso a armas que antes estavam restritas à militares e policiais e conseguiu expandir o número de armas e munições para atiradores e caçadores¹⁶. Se no discurso demagógico o governo afirma que a posse de armas de fogo serve para proteção

¹⁵ Ver: Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional, disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>. Acesso em 11 de julho de 2020.

¹⁶ Ver: CRUZ, Isabela. Qual o impacto da política de armas do governo Bolsonaro. Nexo. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2020/06/14/Qual-o-impacto-da-pol%C3%ADtica-de-armas-do-governo-Bolsonaro1>. Acesso em 11 de julho de 2020.

do cidadão, na reunião ministerial, do dia 22 de abril de 2020¹⁷, ficou claro sua defesa explícita a desobediência civil armada. Ao comentar as medidas de isolamento social, em virtude da pandemia do coronavírus, imposta por prefeitos e governadores, amparados por recomendações de órgãos nacionais e internacionais da área da saúde, como a própria OMS, o Presidente alegou que gostaria de armar a população, pois assim os cidadãos poderiam descumprir os decretos municipais e estaduais.

Além dos discursos em prol da desobediência, desde o início da pandemia do coronavírus no Brasil, que até meados de julho de 2020, já havia provocado mais de 75 mil mortes, o Presidente participou de diversas manifestações antidemocráticas¹⁸, descumprindo, ao mesmo tempo, as normas sanitárias e a constituição brasileira, vez que participar de manifestações contrárias às instituições democráticas, insinuando e mobilizando os cidadãos para o fechamento do Congresso e do STF, configura crime contra democracia.

O ataque às instituições democráticas não vem apenas do Presidente. Como exemplos, na reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, o então ministro da educação, Abraham Weintraub, disse que, por ele, botava todos os “vagabundos” na cadeia, começando pelos ministros do STF. Também alegou odiar o partido comunista e o termo “povos indígenas”, pois só teria “um povo nesse país”. Intimidações ao STF já eram expressas desde 2018 e 2019, quando o General Villas Bôas, se posicionou, em datas próximas aos julgamentos pelo STF sobre prisão em segunda instância, de maneira a enquadrar os ministros da corte, apontando o posicionamento do exército e citando possível convulsão social a depender da posição do STF.

As posições têm incentivado os ataques aos membros do STF e do Congresso Nacional por parte da população. Além das manifestações com pedido de fechamento do Congresso Nacional e do STF, os ministros estão sendo agredidos diariamente por milícias virtuais, que

¹⁷ A descrição da reunião compõe o LAUDO Nil 1242/2020 -INC/DITEC/PF, do Inquérito nº 4831-STF (<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5899439>).

¹⁸ Ver: G1. Bolsonaro descumpre monitoramento por coronavírus, participa de ato e cumprimenta apoiadores no DF. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/15/mesmo-com-recomendacao-de-monitoramento-por-coronavirus-bolsonaro-participa-de-carro-de-ato-em-brasilia.ghtml>. Acesso em 11 de julho de 2020; O GLOBO. Bolsonaro ultrapassa limites e desafia o estado de direito. Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniao/bolsonaro-ultrapassa-limites-desafia-estado-de-direito-1-24382334>.

colocam em risco a integridade dos mesmos e de seus familiares, por meio de notícias fraudulentas, ameaças e ofensas, a atingir a instituição e o Estado Democrático de Direito. Os ataques estão sendo investigados no Inquérito (INQ) 4781 do STF e espera-se que as investigações possam contribuir na elucidação das ações das milícias virtuais nas eleições presidenciais de 2018 (as eleições foram permeadas pela disseminação de notícias fraudulentas - fake news - sobre políticos e partidos da oposição, especialmente sobre partidos de centro-esquerda e esquerda).

Destaca-se, ainda, o envolvimento da família Bolsonaro com milicianos (organizações criminosas formadas por ex-policiais e militares), especialmente no Estado do Rio de Janeiro. Adriano da Nóbrega, ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (Bope), morto em operação policial, em 2020, suspeito de coordenar o *Escritório do Crime*, que foi responsável por dezenas de homicídios, e por envolvimento com jogo do bicho, foi homenageado publicamente, mais de uma vez, pela família Bolsonaro. Em 2003, o deputado estadual Flávio Bolsonaro prestou uma moção de louvor a Adriano da Nobrega e, em 2005, concedeu a mais alta honraria da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ ao policial que não pode receber a comenda porque estava preso, acusado de matar um guardador de carros que havia denunciado o grupo miliciano. No final de 2005, Adriano da Nobrega foi condenado por homicídio em júri popular e, após quatro dias da condenação, o então deputado Jair Bolsonaro, discursou em defesa do ex-capitão na Câmara dos Deputados.

Adriano da Nobrega estava sendo investigado no Rio de Janeiro, na operação nominada Intocáveis, coordenada pelo Gaeco. Além de Adriano da Nobrega, Fabrício Queiroz também foi denunciado na mesma operação, em 2003. Em 2007, Fabrício Queiroz, já expulso da polícia, começou a trabalhar no gabinete do então deputado Flávio Bolsonaro. Daniele Mendonça, ex-mulher de Adriano, também foi contratada como assessora do gabinete. Em 2013, Adriano foi expulso da Polícia Militar do RJ, suspeito de envolvimento em jogo do bicho. Três anos depois, Raimunda Magalhaes, mãe de Adriano, foi nomeada como assessora de Flávio Bolsonaro.

No final de 2018, foi iniciada nova investigação para apuração de desvio de recursos no gabinete do então deputado Flávio Bolsonaro¹⁹.

¹⁹ Ver: G1. Adriano da Nóbrega era suspeito de chefiar matadores, foi expulso da PM e homenageado 2 vezes por Flávio Bolsonaro. Disponível em: <https://>

No começo de 2020, Adriano da Nobrega foi encontrado em um sítio de um vereador do PSL de Esplanada, na Bahia (ex-partido do Presidente Bolsonaro). Em junho de 2020, no desenrolar da investigação sobre supostas “rachadinhas” da ALERJ, Fabrício Queiroz foi preso, após ser localizado na casa do advogado do Presidente Bolsonaro e de seu filho Flávio Bolsonaro²⁰.

Como se não bastasse, no decorrer das investigações da Operação Intocáveis, novas operações surgiram, e desencadearam na prisão de Ronnie Lessa e Elcio Queiroz, acusados do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 14 de março de 2018²¹. Marielle Franco era mulher preta, mãe, lésbica, nascida e criada na favela da Maré, defensora dos Direitos Humanos e Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL.

Embora, a princípio, a organização do movimento bolsonarista, de cunho fascista, ainda seja um movimento frouxo, com atuação predominantemente por redes sociais e pouco organizado (BOITO JR, 2020), ou seja, ainda não apresenta uma organização de massa ou um partido de massa organizado com milícias paramilitares, como aconteceu no movimento fascista alemão, a hipótese não pode ser descartada, mesmo que na atual conjuntura ainda não seja o mais provável. A avassaladora crise econômica agravada pela pandemia de coronavírus e pela ineficiência das políticas econômicas do governo federal abrem espaço para que movimentos fascistas se fortaleçam, inclusive com a disseminação de milícias paramilitares, que já contam com mais acesso às armas de fogo. Ao mesmo tempo, é possível que a ineficiência governamental e as mobilizações democráticas antifascistas ganhem força. O campo está em disputa.

g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/10/adriano-da-nobrega-e-ra-suspeito-de-chefiar-matadores-foi-expulso-da-pm-e-homenageado-2-vezes-por-flavio-bolsonaro.ghtml

²⁰ Ver: FOLHA. Fabrício Queiroz é preso em SP na casa de advogado de Bolsonaro e de seu filho Flávio Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/fabricio-queiroz-e-preso-em-operacao-da-policia-civil-e-do-mp-de-sao-paulo.shtml>

²¹ G1. Major da PM e mais 4 são presos em operação contra milícia que age em grilagem de terras no RJ. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/22/operacao-mira-grilagem-de-terras-pela-milicia-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>; G1. Polícia e MP prendem 33 em operação contra a milícia na Zona Oeste. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/30/policia-e-mp-fazem-operacao-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>.

4. Conclusão

Em nenhum momento este artigo procurou criticar o valor da democracia. Traços fundamentais da democracia são exatamente tudo aquilo que é preciso para estancar e combater a formação de grupos milicianos: a transparência, a autolimitação do poder, a ética republicana preocupada em garantir a impessoalidade das gestões públicas, além do combate a inobservância da lei. Entretanto, é preciso fazer saber que as democracias liberais, por garantirem a livre associação política, a liberdade de consciência, de expressão, de credo, também abrem, paralelamente, fissuras para o desenvolvimento de organizações políticas perversas, muitas vezes com tendência a manutenção de práticas criminosas que não só podem se infiltrar, como também dominar o quadro político. Não que isso seja efeito das democracias liberais, mas sua perversão. No entanto, perversão sempre possível e eminente.

Quando a crise política e econômica é aguda, a burguesia não vê problemas em cooptar e mobilizar movimentos fascistas a revogar o Estado de Direito para manter seus interesses de classe. Por isso é necessário refletir sobre a fragilidade das democracias liberais e suas relações com o fascismo estrutural.

Há que se lembrar de que o partido do nacional-socialismo chegou ao poder democraticamente na Alemanha, por nomeação do presidente da República eleito, no exercício de suas faculdades constitucionais. O cabo Hitler era o líder do partido político com o maior número de deputados eleitos pelo voto popular naquele momento histórico. Entretanto, as complexas contingências da época, crise econômica, medo, ressentimentos, uso de mentiras – embora absurdas – mas massivamente repetidas para o povo alemão, propiciaram conjuntura favorável ao radicalismo de extrema direita. Somando-se ao radicalismo que em si mesmo era apenas um elemento possível dentro do contexto democrático liberal, havia este outro elemento intruso, mas sempre propício quando os fins justificam os meios: organizações milicianas.

Por isso, é preciso compreender que as milícias não decorreram do movimento nazifascista, são sua própria gênese. São elas as responsáveis por manter vivo a mobilização de base de caráter reacionário, autoritário, alimentando o desprezo pela lei, atacando os movimentos proletários e às organizações democráticas, além de utilizar-se da lógica patrimonialista. Esses são os ingredientes para as milícias nazifascistas tomarem corpo, tanto milícias paramilitares como virtuais.

Nesse sentido, é preciso refletir em que consistem e o que fazem as organizações milicianas, isto é, essa modalidade específica de crime organizado. As milícias são organizações criminosas que se fazem infiltrar em sistemas políticos e sociais com intenção de proveito econômico. Atuam por meio da intimidação, da extorsão e forçam monopólio de alguns esquemas que propiciam renda. Com efeito, são organizações tipicamente mafiosas, mas com uma peculiaridade a ser ressaltada, usualmente provem de contingentes egressos de forças militares, polícias, daí seu caráter paramilitar.

Usualmente impõem contribuições compulsórias sob a alegação de que algum serviço estaria sendo prestado em troca, como proteção ou eliminação de eventuais criminosos, mas é crua extorsão. Como as estruturas mafiosas, gerenciam negócios, constroem rígidos sistemas hierárquicos, seus agentes podem ser lidos como “empresários” do crime. O que este artigo destaca é que as milícias, não raro, se infiltram na política e na vida social. Enxergam o Estado como um nicho para proveito próprio ou enriquecimento.

Um miliciano eleito, ou um representante das milícias eleito para algum cargo público legislativo ou executivo, procura relacionar caserna e política. Isso porque a caserna, o batalhão, as armas em geral, lhe são garantia de autoritarismo. No imaginário do miliciano, hierarquia, violência e lealdade são os códigos decisivos. Os movimentos fascistas podem se valer dessa relação entre poder político e uso emblemático das forças militares. Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália, Franco na Espanha, Perón na Argentina, até Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, fardaram-se de generais e conduziram seus governos com aparato de quem estaria à frente de uma guerra eminente. A militarização dos quadros principais do governo J. Bolsonaro é escandalosa, contando, no momento, com 8.450 militares ativos ou da reserva²².

O antídoto contra a fragilidade das democracias liberais é mais democracia. Isso porque a democracia tem dois pilares incompatíveis com a criminalidade: a transparência e a igualdade. A lógica mafiosa precisa exatamente do contrário: opera por meio de ações camufladas, recônditas, porque o crime se organiza e age sob segredo, sua ação é

²² Em pesquisa do site Poder, verificou-se que no governo Jair Bolsonaro estão lotados 2.930 militares da ativa e mais 5.520 da reserva, totalizando 8.450 militares trabalhando nos ministérios, comandos e tribunais, e percebendo 30% a mais no salário. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/8-450-militares-da-reserva-trabalham-em-ministerios-comandos-e-tribunais/>, consulta feita em 17 de julho de 2020.

dependente da sombra, efetiva-se por meio de acordos ocultos. Em segundo, toda atividade mafiosa não trabalha em plano de igualdade, mas ao contrário, opera pela lógica amigo/inimigo, isto é, inclusos/exclusos. Portanto, as organizações criminosas operam por meio da desigualdade, primeiro em defesa dos privilégios dos membros da organização criminosa - muitas vezes um clã -, depois em defesa de seus séquitos, quanto mais submissos e leais mais protegidos serão.

O criminoso é incompatível com a lógica democrática republicana, porque vê o Estado como um mecanismo para se tirar proveito. Jair Bolsonaro, por exemplo, derrapa em suas convicções íntimas porque só se expressa no campo político por meio da única lógica que conhece: a defesa dos interesses próprios e de seus correligionários²³. Ele não se constrange em reafirmar quotidianamente sua perspectiva autoritária: intolerância com a oposição e proteção incondicional de sua família ou base política²⁴. Mais precisamente, Jair Bolsonaro faz a política do inimigo, declara aniquilar e até mesmo fuzilar seus opositores²⁵.

²³ O incluso não pode cometer faltas com os seus superiores hierárquicos, mas qualquer deslize ético com pessoas externas à organização é aceito. Por isso, pouco ou nada importa para J. Bolsonaro se o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, fora condenado, antes de ocupar o Ministério, por crime ambiental em SP. Assim também o fato de Onyx Lorenzoni, uma vez investigado, ter inclusive confessado desvio de dinheiro (100 mil reais) e feito uma tatuagem no braço para justificar-se arrependido. Ele é capaz de muito mais do que isso, Jair Bolsonaro, enquanto deputado federal, elogiou publicamente o já reconhecido assassino e expulso da Política Militar - RJ Adriano da Nóbrega. Ver: G1. Justiça de SP condena futuro ministro do Meio Ambiente por improbidade administrativa. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/19/justica-de-sp-condena-futuro-ministro-do-meio-ambiente-por-improbidade-administrativa.ghtml>; Veja. Onyx Lorenzoni, o homem de confiança (e algumas polêmicas) do presidente. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/podcast/onyx-lorenzoni-o-homem-de-confianca-e-algumas-polemicas-do-presidente/>; G1. Adriano da Nóbrega era suspeito de chefiar matadores, foi expulso da PM e homenageado 2 vezes por Flávio Bolsonaro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/10/adriano-da-nobrega-era-suspeito-de-chefiar-matadores-foi-expulso-da-pm-e-homenageado-2-vezes-por-flavio-bolsonaro.ghtml>.

²⁴ O que importa é a lealdade, indiferentemente se o protegido cometeu ou não um crime. Na reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, Bolsonaro diz que, se necessário, irá alterar os quadros da Polícia Federal para defender sua família e amigos. A descrição da reunião compõe o LAUDO Nll 1242/2020 -INC/DI-TEC/PF, do Inquérito nº 4831-STF (<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5899439>).

²⁵ Na campanha eleitoral, em um evento no Rio Branco, Acre, Bolsonaro declarou: "Vamos fuzilar a petralhada toda aqui do Acre!". Ver: G1. PGR pede a Bolsonaro

Se houve êxito nos propósitos desse artigo, demonstrou-se algumas vulnerabilidades das democracias liberais, mais precisamente o perigo de ascensão de aspectos do fascismo estrutural e, conseqüentemente, deterioração da democracia liberal. O prognóstico esboçado consiste em ampliar os quadros da própria democracia, como, por exemplo, a transparência, a igualdade perante a lei e a necessidade de combate às organizações criminosas paramilitares. Ao investigar como se estruturaram as tropas de choque nazistas, revelou-se que elas não são irrelevantes, mas muito antes pelo contrário, são elementos imbricados a gênese do nazifascismo. Suas características estruturais propiciaram o aparelhamento do Estado e o meio pelos qual se processava ilegalidades, perseguições políticas, intimidações, além de controle do grau de lealdade dos próprios membros.

Em outra mão, fez-se necessário demonstrar a complexidade desse arranjo político, que seria impossível se não houvesse uma conjuntura de crise política e econômica, medo e incerteza quanto ao futuro, porque, nessa situação, as classes burguesas reacionárias tendem a não ver problemas em cooptar e mobilizar movimentos fascistas e milicianos a revogar o Estado de Direito para manter seus interesses de classe. Por fim, defendeu-se aqui que as organizações criminosas de cunho miliciano podem ser interpretadas como forma compatível de se fazer política ao modo fascista.

Referências

ADORNO, Theodoro. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*, título original: *The origins of totalitarianism*, tradução de Roberto Raposo, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BOITO JR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, n. 50, p. 111-119, 2020.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*, título original: *Frames of war: when is life grievable?*, tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

para explicar declaração sobre 'fuzilar a petralhada'. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/05/pgr-pede-a-bolsonaro-para-explicar-declaracao-sobre-fuzilar-a-petralhada.ghtml>

CHURCHILL, Winston. *A segunda guerra mundial*, vol. 1, título original: *The second world war*, tradução de Ênio Silveira, Breno Silveira e Leonidas Gontijo de Carvalho, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOBBSBAWN, Eric. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*, título original: *Interesting Times: A twentieth-Century Life*, tradução de S. Duarte, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONTIJO, Lucas de Alvarenga; Magalhães, José Luiz Quadros de; MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira (Orgs.). *Rompimento Democrático no Brasil: Teoria Política e Crise das Instituições Públicas*, 2ª edição, Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

NETTO, Michel Nicolau. CAVALCANTE, Sávio Machado. CHAGURI, Mariana Miggiolaro. *O homem médio e o conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo: o lugar da família*. ST28 Pensamento social no Brasil: limites e possibilidades do conservadorismo. 43º Encontro Anual da Anpocs. Outubro de 2019.

SCHIRMANN, Léon. *A tropa de choque do nazismo*, Revista História Viva, Ano IX, n. 97, São Paulo: Edigráfica, 2009.

SHIRER, William L. *Ascensão e queda do III Reich*, vol. 1, título original: *The Rise and Fall of the Third Reich*, tradução de Pedro Pomar, 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.